

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0079/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **HORIZONTE PARTICIPAÇÕES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0125367/2015-1 de 04/12/2015

Auto de Infração nº 047124/2015 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 25.800,63

EMENTA

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Prestação de serviços constante do item 3, subitem 3.03 da lista de serviços anexa ao art. 239 do CTM. Ocorrência do fato gerador. Exploração de centro de convenções e congêneres. Autuado / Recorrente não loca apenas um espaço, mas toma também um serviço. Função da esfera administrativa se restringe à mera revisão do trabalho fiscal. Deixou de recolher e recolheu a menor o ISSQN devido. Manutenção decisão de 1ª Instância. Manutenção do A.I.

1. Ocorrência do fato gerador do ISSQN. Hipótese prevista em lei consumada. Circulação econômica do serviço discriminado no item 3. , subitem 3.03. Exploração de centro de convenções e congêneres, para realização de eventos. Obrigação de fazer.
2. Recorrente não desempenha, exclusivamente, atividade de locação de bem imóvel. Disponibiliza serviços de internet, instrumentos audiovisual, estacionamento, decoração, sala de apoio. Serviços prestados sob sua tutela. Serviço embutido no contrato de locação.
3. Impossibilidade de declaração de inconstitucionalidade no âmbito do processo administrativo tributário. Arguições de inconstitucionalidade fogem à competência da instância administrativa.
4. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarada válida devendo ser ratificada, e, por conseguinte subsistente o Auto de Infração e Apreensão nº 047124/2015.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0079/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **HORIZONTE PARTICIPAÇÕES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0125367/2015-1 de 04/12/2015

Auto de Infração nº 047124/2015 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 25.800,63

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Jose Edemir Moreira Fernandes e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 08 de abril de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0080/2016

Conselheiro Relator: *Waldemar Alves Lopes*

Recorrente: **ESPE TO POPULAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.036.977/2015-1 de 22/04/2014

Auto de Infração/Multa nº 11661 (complementado pelos nºs 11665 a 11668) (TN n. 13899) -SMS - Valor: R\$6.126,40

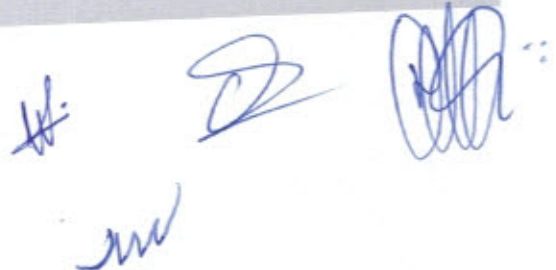
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Presença de irregularidades sanitárias. Recurso Voluntário. Reincidência. Irregularidades apontadas através do Termo de Notificação nº 078443 e 070537 sem que providências fossem adotadas no prazo estabelecido. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração. Incabível aplicação da penalidade advertência. Presença de agravantes.. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminarmente arguida merece prosperar, não reconhecida a reincidência do infrator.
2. Recorrente não trouxe aos autos argumentos que reunisse força probante capaz de modificar o convencimento acerca da legalidade da ação fiscal que culminou na imposição da penalidade e multa.
3. No tocante a aplicação da penalidade de advertência não se vislumbra os requisitos impostos pelos arts. 722 e 725 da Lei Complementar nº 004/92.
4. Presença de agravantes no auto de infração, artigos 723, II, alíneas "a" e "e" da Lei Complementar nº 004/92.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0080/2016

Conselheiro Relator: *Waldemar Alves Lopes*

Recorrente: **ESPETO POPULAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.036.977/2015-1 de 22/04/2014


Auto de Infração/Multa nº 11661 (complementado pelos nºs 11665 a 11668) (TN n. 13899) -SMS - Valor: R\$6.126,40

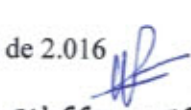
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. Luiz Mário Massad Gomes da Silva e 6. Jair Alves da Rocha.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 08 de abril de 2.016


Rosbeck Bucair
Presidente da Turma


Waldemar Alves Lopes
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0081/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Conselheira Revisora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **CONSÓRCIO SANTA BÁRBARA – MENDES JUNIOR**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0048252/2014-1 de 11/11/2014

Auto de Infração nº 036285/2013 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 1.548.019,56

EMENTA

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Prestação de serviços constante 7.02 da lista de serviços anexa ao art. 239 da Lei Complementar n. 043/97 – CTM. Serviço de construção civil. Ocorrência do fato gerador. Recolhimento a menor. Base de cálculo. Normas dispostas no art. 244 da Lei Complementar nº 043/1997. Regra geral fixada no caput e § 1º do Art. 244 do CTM. Preço do serviço. Receita bruta sem qualquer dedução. Não foi usado materiais. Não encontra respaldado legalmente para realizar a base de calculo estimada do ISSQN com fundamento no § 13 do Art. 244 do CTM. Contrato Empreitada global. Constituindo de atividades mistas. Obrigações diversas. Inexistência de impedimento legal para aplicação regra prevista no § 13 do art. 244 do CTM sobre serviço específico. Operação e Tributação concretizada com nota fiscal de serviço. Dever instrumental de medição. Ente tomador do serviço.

1. Trata-se, de forma inconteste, de hipótese de incidência tributária, visto que a recorrente efetivamente praticou o fato gerador, demarcado pelo legislador no item 7.02 do art. 239, da Lei Complementar n. 043/97 – CTM.
 2. A regra geral, para incidência do referido imposto, encontra-se fixada no caput e § 1º do Art. 244 do CTM, que estabelece que a base de cálculo consiste no preço do serviço, isto é, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução.
 3. Recolhimento a menor do ISSQN, não foi utilizado material nos serviços, por consequência que o autuado / recorrente deve recolher o referido imposto sobre o valor total.
 4. O fato de não ter sido usado materiais, nas atividades discriminadas no A.I. O contribuinte não encontra respaldado legal para realizar a base de calculo estimada do ISSQN com fundamento no § 13 do Art. 244 do CTM.
 5. Contrato na modalidade de “Empreitada Global” que se constitui em atividades mistas de obrigações diversas, que não impede a aplicação da regra prevista no § 13 do Art. 244 do CTM somente sobre serviço específico, visto que é a nota fiscal de serviços, que se constitui em dever instrumental do Contribuinte, que comprova e formaliza a operação concretizada e a consequente tributação, em função da apuração / medição da base cálculo do ISSQN devido.
4. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarada válida devendo ser ratificada, e, por conseguinte subsistente o Auto de Infração e Apreensão nº 036285/2013.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0081/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Conselheira Revisora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **CONSÓRCIO SANTA BÁRBARA – MENDES JUNIOR**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0048252/2014-1 de 11/11/2014

Auto de Infração nº 036285/2013 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 1.548.019,56

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Revisora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Revisora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Marli de Paula Vilella; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Votaram com o Relator os conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Jose Edemir Moreira Fernandes

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 08 de abril de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Revisora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0082/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.103.275/2015-1 de 29/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61419 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário de viagem ou itinerário programado para a linha das 20:46 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.
8. Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0082/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.103.275/2015-1 de 29/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61419 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Jose Edemir Moreira Fernandes e 5. Marli de Paula Vilella.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 16 de abril de 2.016




Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0083/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.103.244/2015-1 de 29/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60482 - SEMOB - Valor: R\$250,00


EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário de viagem ou itinerário programado para a linha das 15:35 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Instituto da prescrição não encontra respaldo jurídico. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
5. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Não há norma expressa que determine que o não atendimento ao prazo ocasionará a prescrição do auto de infração.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0083/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.103.244/2015-1 de 29/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60482 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal e 4. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes, apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 16 de abril de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0084/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.103.249/2015-1 de 29/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60481 - SEMOB - Valor: R\$413,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Não permitiu a viagem do usuário na inexistência de troco, validador inoperante. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo IV, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Instituto da prescrição não encontra respaldo jurídico. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
5. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Não há norma expressa que determine que o não atendimento ao prazo ocasionará a prescrição do auto de infração.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0084/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.103.249/2015-1 de 29/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60481 - SEMOB - Valor: R\$413,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal e 4. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes, apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 16 de abril de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0085/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.775/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60483 - SEMOB - Valor: R\$413,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Não entregou a CNH ao agente fiscalizador impedindo a autuação da fiscalização. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo IV, Código de Infração "f" do mesmo diploma legal. Instituto da prescrição não encontra respaldo jurídico. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
4. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Não há norma expressa que determine que o não atendimento ao prazo ocasionará a prescrição do auto de infração.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0085/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.103.775/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60483 - SEMOB - Valor: R\$413,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal e 4. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes, apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

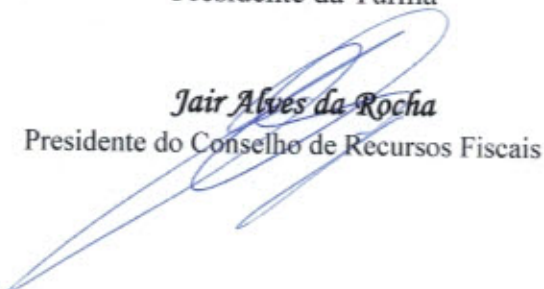
Cuiabá, 16 de abril de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0086/2016

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **COMERCIAL AMAZÔNIA DE PETRÓLEO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso voluntário processo nº: 0.073.898/2015-1 de 17/07/2015

Auto de Infração/Multa nº 9688 – TN's nº 16577, 20120 e 019629 - SMS - Valor: R\$656,40

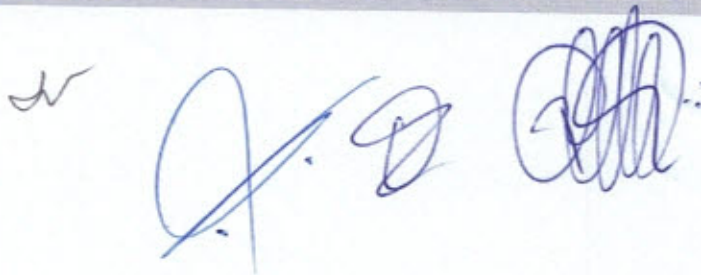
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Ausência de licença sanitária. Recurso Voluntário. Irregularidade apontada através dos Termos de Notificação nº 16577, 20120 e 019629 sem que providências fossem adotadas no prazo estabelecido. Infringência do art. 331 da Lei Complementar nº 004/1992. Penalidade aplicada prevista no art. 755, VI do mesmo diploma legal. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente não trouxe aos autos argumentos que reunisse força probante capaz de modificar o convencimento acerca da legalidade da ação fiscal que culminou na imposição da penalidade e multa.
2. Ato administrativo goza de presunção de veracidade e legitimidade.
3. Alegação de violação ao princípio da razoabilidade não há como prosperar, uma vez que o recorrente foi notificado por diversas vezes sem que este tomasse as devidas providências.
4. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de março do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0086/2016

Conselheiro Relator: *Elias Correia Pedrozo*

Recorrente: **COMERCIAL AMAZÔNIA DE PETRÓLEO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso voluntário processo nº: 0.073.898/2015-1 de 17/07/2015

Auto de Infração/Multa nº 9688 – TN's nº 16577, 20120 e 019629 - SMS - Valor: R\$656,40

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Luiz Mário Massad Gomes da Silva e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 15 de abril de 2.016

Rosbeck Bucair

Presidente da Turma

Elias Correia Pedrozo

Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 19 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0087/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Conselheiro Revisor: *Geandre Bucair*

Recorrente: **JOÃO MARTINS VIEIRA - ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.113.258/2016-1 de 29/10/2015

Auto de Infração nº 63097- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00


EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Condutor veículo exercendo função cumulada de motorista e cobrador. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 2º da Lei nº 5.695 de 20/08/2013. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Lei nº 5.695/13 e a Lei nº 5.766/2013 alcança tanto o transporte coletivo convencional como o transporte coletivo alternativo. Necessidade de aplicação da pena de advertência antes da autuação. Dispositivos legais municipais aplicados na infração não estão em total pertinência com a conduta do autuado. Recurso de Ofício. Matéria limitada. Cancelamento do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço de táxi-lotação é uma modalidade de transporte coletivo de passageiros urbano que integra o sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cuiabá.
2. Lei nº 5.695/13 estabelece normas para a prestação de transporte coletivo urbano, de forma genérica, alcançando tanto o transporte convencional como o alternativo.
3. Taxi-lotação não opera de forma diferenciada do transporte de passageiros por ônibus, tendo em vista desempenharem a mesma função, a mesma ordem de serviço operacional, mesmo itinerário e valor de bilhetagem.
4. Pena de advertência se dá com a lavratura do auto de infração com a concessão e prazo para o exercício do contraditório e ampla defesa.
5. Considerando que se trata de Recurso de Ofício, a matéria é devolvida nos limites da pretensão da Fazenda Pública.
6. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 19 de abril do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0087/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Conselheiro Revisor: *Geandre Bucair*

Recorrente: **JOÃO MARTINS VIEIRA - ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.113.258/2016-1 de 29/10/2015

Auto de Infração nº 63097- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Conselheira Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos, em conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Revisor, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Revisor os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos e 4. Vitor de Oliveira Tavares

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes, apresentou voto divergente e em apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 19 de abril de 2.016

Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Presidente da Turma
em exercício

Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora

Geandre Bucair
Conselheiro Revisor

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá